

Dívida pública sobe e atinge 57% do PIB em julho

Mônica Izaguirre

De Brasília

A dívida líquida do setor público atingiu, em julho, o seu maior nível como proporção do Produto Interno Bruto desde outubro do ano passado: 57%. O resultado é 1,5 ponto percentual acima do obtido em junho. Foi o terceiro mês consecutivo de elevação do saldo, neste critério. Após dois meses sucessivos de queda, o valor nominal da dívida também subiu, fechando julho em R\$ 877,15 bilhões.

A cifra é inferior à do final de 2002, quando o endividamento líquido da União, Estados, Municípios e empresas estatais estava em R\$ 881,1 bilhões. Mas, por causa do fraco desempenho da economia, como proporção do PIB, a dívida subiu desde o final de dezembro, quando estava em 56,5%. Isoladamente, segundo o Banco Central, o comportamento do PIB contribuiu para elevar a dívida em 0,73 ponto percentual nesses sete meses, 0,15 só em julho.

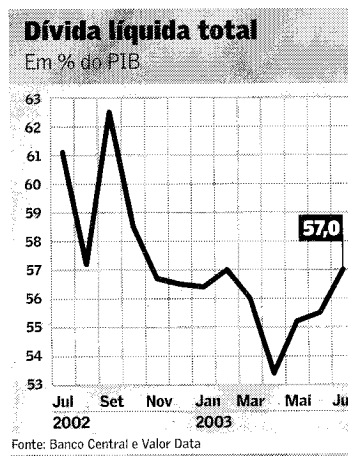
Ou seja, não fossem outros fatores, como o superávit primário de R\$ 44,32 bilhões obtido no mesmo período, a

relação dívida/produto teria se deteriorado ainda mais. Só em julho, o superávit primário consolidado foi de R\$ 4,319 bilhões.

O aumento da dívida nos dois critérios em julho (nominal e relação com PIB) já era esperado pelo Banco Central. Isso porque depois de alguns meses de queda, o preço do dólar voltou a subir, afetando os papéis federais atrelados à taxa de câmbio e ainda o valor em reais da dívida externa. Medido de forma isolada, o impacto da variação cambial elevou a dívida líquida em R\$ 8,92 bilhões em julho.

A conta de juros também foi pesada e influenciou bastante o crescimento da dívida. Só no mês, as despesas do setor público com juros somaram R\$ 14,99 bilhões. No acumulado de sete meses, atingiram R\$ 89,257 bilhões, mais que o dobro do superávit primário do mesmo período (R\$ 44,32 bilhões). Medida em doze meses até julho, a conta de juros chegou a nada menos do que R\$ 151,76 bilhões, muito mais do que o superávit primário foi capaz de compensar no mesmo período (R\$ 63,83 bilhões).

O percentual divulgado pelo BC sobre a relação dívida/PIB ainda não foi



ajustado aos novos números do IBGE sobre o comportamento do produto e que apontaram queda real de 1,6% no segundo trimestre deste ano, comparativamente ao primeiro. Luiz Malan, chefe-adjunto do Departamento Econômico, informou que o ajuste só será feito depois que IBGE divulgar o PIB nominal, no fim de setembro.

Malan acredita que uma eventual revisão dos percentuais já divulgados sobre a relação dívida/PIB será pequena. "Se houver impacto (do dado divulgado na quinta-feira pelo IBGE, se-

rá na margem", disse ele. Ainda que uma possível revisão venha a mostrar que a relação com o PIB era superior a 57% em julho, Luiz Malan destaca que a dívida voltará a cair neste critério, já que se espera recuperação do nível da atividade econômica no resto do ano. Ele aposta que, até dezembro, haverá crescimento do PIB nominal estimado. Somado à queda das taxas de juros, processo que já está em curso, a recuperação do valor nominal do produto fará a dívida líquida do setor público cair como proporção do PIB.

De todas os segmentos do setor público, só os municípios não fizeram superávit e sim déficit primário em junho, no caso, de R\$ 193 milhões. O BC não tem certeza, já que apura o resultado por variação de dívida, mas admite que esse déficit pode estar associado à queda das transferências constitucionais da União para as prefeituras em julho. Malan destaca, no entanto, que em agosto já houve elevação dessas transferências e que a perspectiva é de que as prefeituras voltem a apresentar superávit primário. A próxima meta de superávit consolidado, R\$ 54,2 bilhões, precisa ser cumprida até o final de setembro.